



A BALANÇA DO PODER NA AMÉRICA DO SUL

Edmar Eudóximo Telesca

Coronel de Infantaria QEMA, Bacharel em Ciências Administrativas e possuidor do Curso Avançado de Infantaria (Fort Benning, EUA). É membro, atualmente, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.

O PODER NACIONAL

O Poder e a sua avaliação — O Poder coloca-se, hodiernamente, na própria raiz da Política como Ciência, tornando este estudo, mais e mais, uma Cratologia — Ciência do Poder. Este entendimento, compartilhado por grandes cientistas políticos do nosso século, sem dúvida, enriquece a Ciência Política porque, à sua luz, abrem-se amplas perspectivas aos estudos, desatrelando o fenômeno político do fenômeno do Estado.

Sinteticamente, Poder é a capacidade de impor a vontade, eis o que se pode apontar como sua expressão mais simples. Segundo Hans T. Morgenthau "O Poder é a capacidade humana de exercer pressões sobre a vontade e ações de outros indivíduos". Este conceito estende-se ao Poder Nacional, uma vez que Nação é um grupamento de indivíduos que vivem em sociedade.

O Poder, dentro de nossa concepção filosófica, não é um fim em si mesmo — ele é o meio de produzir efeitos no ambiente social. E, assim, o Poder Nacional é o instrumento de que dispõe a Nação para, sob a direção do Estado, conquistar e manter seus objetivos. Suas características essenciais são: sentido instrumental, integração, âmbito de atuação e relatividade.

Na esfera interna, atua, principalmente, como instrumento social de controle de fenômenos, buscando a realização da tranquilidade, do bem-estar e do aprimoramento coletivo. Externamente, atua, sobretudo, como instrumento de afirmação da soberania nacional, voltado à conquista e preservação dos objetivos nacionais no campo diversificado das relações internacionais.

Para a sua avaliação, Morgenthau, Kenneth, Frank Simonds e outros consideram os seguintes fatores: a situação geográfica, os recursos naturais, a capacidade industrial, a população, o grau de eficiência militar, as características nacionais, a aptidão da diplomacia e a qualidade do governo.

Para Spykman, o Poder Nacional é aferido pelos seguintes elementos: a superfície do território, a natureza das fronteiras, a população, as matérias-primas, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a capacidade financeira, a homogeneidade técnica, o grau de coesão social, a estabilidade política e o grau de integração nacional.

Basicamente, os geopolíticos utilizam-se dos mesmos indicadores para a avaliação, mas a principal dificuldade reside na subjetividade de alguns elementos nela envolvidos e por sua permanente evolução, fruto, em especial, da complexidade e velocidade do mundo moderno.

Deve-se, assim, salientar que, em qualquer tipo de avaliação do Poder, há indicadores mensuráveis (quantitativos) e apreciáveis (qualitativos) e, ainda, que o Poder Nacional destina-se a atender, basicamente, às necessidades de Desenvolvimento e Segurança. Por outro lado, a relatividade atribuída a um ou outro fator está na dependência direta do estágio da Nação. À medida que a nação se desenvolve, atenuam-se as preocupações com a Segurança Interna e evoluem as de origem externa. Inversamente, a Nação menos desenvolvida procura fortalecer-se internamente com maior prioridade, para poder, posteriormente, projetar-se externamente.

Em capítulos posteriores, far-se-ão avaliações diversas sobre o Poder Nacional das nações da América do Sul, tanto apreciando os indicadores mensuráveis como alguns apreciáveis.

A escolha desses indicadores tem a finalidade de dar um quadro concreto, tanto quanto possível, do Continente.

Ao fazer essa avaliação teórica, é lícito renovar-se a conhecida afirmação: "O Poder Nacional apresenta aspectos subjetivos ou psicológicos, tanto no âmbito interno, como quando de sua comparação ou confrontação externa. Trata-se do valor aparente ou de sua imagem. Uma nação tem poder real dificilmente avaliável, sendo relevante não só o que julga possuir, como o que as outras nações lhe atribuem."

Neste pequeno ensaio sobre a avaliação do poder na América do Sul, o Poder Nacional será representado pelo "poder perceptível" das Nações do Continente.

O PODER PERCEPTÍVEL NA AMÉRICA DO SUL

O método utilizado no mundo — Para se avaliar o poder perceptível das nações, há necessidade de se fazer uma análise, ainda que sucinta, de seus recursos naturais, econômicos, políticos, militares e psicossociais.

O sistema de avaliação do poder mundial recebeu uma contribuição muito valiosa depois da publicação, em 1975, da obra "World Power Assessment", de autoria do Professor Ray S. Cline, que foi assessor dos Presidentes da República dos Estados Unidos desde a época de Franklin Roosevelt e, atualmente, é Diretor de Estudos do "Centro de Estudos Estratégicos Internacionais" de "Georgetown University", em Washington.

Embora sabendo-se que *tal tipo de avaliação tem uma conotação essencialmente teórica*, fato já salientado por estudiosos do assunto, inclusive pelo General Meira Matos, este é, em verdade, um método de se mensurar, em determinada época, o Poder de uma Nação. Atendendo que a maioria dos países da América do Sul nem foi contemplada no livro de Cline, será utilizado o seu método para *exercitar uma avaliação do poder perceptível dos países componentes do continente sul-americano*. Para tanto, o ponto de partida é o seu conhecido modelo matemático:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

P_p = Poder perceptível

C = Massa

E = Poder econômico

M = Poder militar

S = Estratégia Nacional

W = Determinação Nacional

A aplicação do modelo de Cline no Continente — Partindo, então, do modelo citado, procura-se adaptá-lo às realidades do Continente e, ao final, poder-se-á traduzir em números o Poder de cada nação. Todos os componentes da fórmula serão mensurados, fazendo-se as adaptações necessárias.

1. **Cálculo da massa (M)** — O valor que arbitrariamente é chamado de massa, é resultante de dois fatores distintos: a população e a extensão territorial (Tab. 1, 2, 3).

Quanto à população, cumpre realçar que aspectos culturais, sociais, étnicos, etc. não são levados em consideração. Toma-se o dado global como fator básico, abandonando-se os aspectos intrínsecos de cada comunidade de per si.

Aspectos seletivos do território, da mesma forma não são analisados; leva-nos em conta, apenas, a extensão territorial dos países em foco, o que é uma maneira simplista de quantificação. Por outro lado, é feito um critério de variação de coeficiente bem baixo, para não dar um valor excessivo à nossa imensa área territorial. Isto não invalida, entretanto, o conhecido conceito geopolítico de que para a existência de uma grande nação é preciso possuir um grande suporte físico.

2. Cálculo do poder econômico (E)

(a) Para se avaliar o poder econômico dos países, considera-se, inicialmente, o PNB de cada um deles, dentro de uma escala decrescente de 10 a 1 (Tab. 4).

POPULAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL

1976

Critério de coeficientes:

Milhões/hab.	Coeficiente
até 5	1
de 6 a 10	2
de 10 a 20	3
até 30	4
mais de 50	5

TABELA 1

País	Milhões/hab.	Coeficiente	Maiores Índices mundiais
1. Brasil	111	5	1º - China - 930 milhões/hab.
2. Argentina	25,7	4	2º - Índia - 590 milhões/hab.
3. Colômbia	24,1	4	3º - URSS - 250 milhões/hab.
4. Peru	16,6	3	
5. Venezuela	12,3	3	
6. Chile	10	3	
7. Equador	7	2	
8. Bolívia	5,7	2	
9. Uruguai	3,09	1	
10. Paraguai	2,7	1	
11. Guiana	1	1	
12. Suriname	0,350	1	

Fonte: - BIRD - 1976 - -

Além do PNB, são levados em consideração cinco fatores importantes: a produção de energia, a exportação de minérios, a produção e o consumo de produtos siderúrgicos, a produção de alimentos e o comércio exterior. Para cada um desses fatores é atribuído, separadamente, um coeficiente variável de 5 a 1, excetuando-se o comércio exterior ao qual, no caso sul-americano, atribui-se o coeficiente de 10 a 1, face à sua relevância no balanço de pagamentos, na inflação e como fon-

te geradora de recursos de toda ordem. Ao final, tem-se a consolidação do poder econômico das nações (Tab. 10).

(b) Energia — Uma das mais importantes origens dos recursos econômicos atuais é o suprimento das fontes energéticas, especialmente o carvão, o gás e o petróleo; quanto a este último, cabe mencionar que o mundo, a partir de 1973, passou a se constituir de dois blocos bem distintos: os exportadores e os importadores de petróleo. Faz-se uma dosagem desses diferentes produtos, para, ao final, o "coeficiente total" de energia de cada nação ser traduzido em números (Tab. 5).

SUPERFÍCIE NA AMÉRICA DO SUL

1976

Critério de coeficientes:

Km ²	Coefficiente
— até 400	1
— 400 a 1000 . . .	2
— 1 a 2 milhões . .	3
— até 5 milhões . .	4
+ de 5 milhões . . .	5

TABELA 2

País	Km ²	Coefficiente	Maiores Índices Mundiais
1. Brasil	8.511.965	5	1º — URSS — 22,5 milhões/km ²
2. Argentina	2.777.926	4	2º — Canadá — 9,9 milhões/km ²
3. Peru	1.280.000	3	3º — China — 9,5 milhões/km ²
4. Colômbia	1.138.355	3	4º — EEUU — 9,3 milhões/km ²
5. Bolívia	1.098.581	3	
6. Venezuela	899.000	2	
7. Chile	757.000	2	
8. Paraguai	406.752	2	
9. Equador	270.670	1	
10. Guiana	214.962	1	
11. Uruguai	186.926	1	
12. Suriname	181.455	1	

Fonte: BIRD — 1976 — "Encyclopaedia Britannica" — 1976

TABELA 3
Cálculo Total da Massa (C)

País	População + Território		Total (C)
1. Brasil	5	5	10
2. Argentina	4	4	8
3. Colômbia	4	3	7
4. Peru	3	3	6
5. Venezuela	3	2	5
6. Chile	3	2	5
7. Bolívia	2	3	5
8. Equador	2	1	3
9. Paraguai	1	2	3
10. Uruguai	1	1	2
11. Guiana	1	1	2
12. Suriname	1	1	2

(c) Exportação de minérios — É um outro dado significativo das possibilidades econômicas de um país, especialmente em se tratando de minérios mais escassos, como o cobre, o estanho, a prata, etc. A representatividade dessa produção será dada dentro de um coeficiente de 1 a 5 (Tab. 6)

(d) Produção e consumo de produtos siderúrgicos — Está intimamente ligada à adequada capacidade de suprimento de minério de ferro, carvão, equipamento e tecnologia, e decorrendo daí, em boa parte, a maior ou menor capacidade industrial de uma nação. Nesse total, englobam-se o aço, os produtos planos, os laminados e os tubos sem costura (Tab. 7).

(e) Exportação de alimentos — Este setor da economia é igualmente importante e, em alguns casos, chega a igualar-se à energia. Há uma preocupação mundial quanto à alimentação, especialmente no tocante à auto-suficiência e à capacidade simultânea de exportação. Atribuindo coeficientes de 1 a 5, dependendo do tipo do produto, pode-se ter uma visão geral dessa atividade primária, muito antiga na área, mas de extrema relevância no contexto mundial (Tab. 8).

(f) Comércio exterior — Desnecessário salientar como é importante, nos dias atuais, a relação de trocas comerciais e, especialmente, o superavit decorrente. Na atribuição dos coeficientes será dada maior ênfase à média aritmética do total de importação e exportação, que terá uma variação decrescente de 10 a 1.

O quadro do comércio exterior, neste estudo, é considerado, antes de tudo, sob o ângulo de globalização de intercâmbio e não cogita de outros aspectos, também importantes, como a análise detalhada do que é exportado e importado; serve, assim, mais como um dado de volume do que como de especificidade ou ren-

PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB)

1975

Critérios de coeficientes:

Bilhões/dólares	Coeficiente
até 3	1
+ 3 a 8	2
+ 8 a 15	3
até 30	5
+ de 50	10

TABELA 4

País	PNB Milhões/ dólares	Taxa de Crescimento 70-75%	Coeficiente	Maiores Índices Mundiais Milhões/dólares
1. Brasil	57.800	9,3	10	1º EEUU
2. Argentina	29.000	3,6	5	US\$ 1.289.000
3. Venezuela	14.800	4,9	3	2º URSS
4. Colômbia	10.070	6,2	2	US\$ 624.000
5. Peru	7.900	5,1	2	
6. Chile	7.390	1,1	2	
7. Equador	2.660	9,4	1	
8. Uruguai	2.500	0,9	1	
9. Bolívia	1.320	5,4	1	
10. Paraguai	808	6,2	1	
11. Suriname	350	—	1	
12. Guiana	306	6,0	1	

Fonte: — BIRD — 1976 (dólares de 1970)

tabilidade econômica. De qualquer forma, é lícito deduzir-se que o volume do comércio de per si é um dado significativo da capacidade de um país (Tab. 9).

3. *O poder militar* — Na América do Sul, o poder militar, ainda que restrito, sobre as duas contingências da realidade mundial e o alinhamento aos Estados Unidos, quase normal, só tem sido arrefecido pela nova política do Presidente

TABELA 5
ENERGIA: PRODUÇÃO DE GÁS, CARVÃO E PETRÓLEO

DADOS DE 1973 - 1974 e 1976

País	Gás 1.000 m ³	Carvão 1.000 ton	Petróleo 1.000 ton ³	Coefficiente
1. Venezuela	11.630.000	—	155.615	5
2. Argentina	7.242.000	451	21.135	3
3. Colômbia	1.700	5.300	18.500	2
4. Peru	510.000	80	3.758	2
5. Chile	4.100.000	1.526	1.310	2
6. Equador	—	—	8.636	2
7. Brasil	1.488.000	2.316	8.599	1
8. Bolívia	—	—	2.110	1
9. Paraguai	—	—	330	1
10. Guiana	—	—	—	1
11. Uruguai	—	—	—	1
12. Suriname	—	—	—	—

Fontes: "Encyclopaedia Britannica" - 1976

Revista: "O Petróleo e a Petrobrás - 1976

Carter. A influência soviética é mais ligada aos movimentos subversivos de todo o mundo. Para esta avaliação, entretanto, os aspectos filosóficos, estratégicos e doutrinários não serão considerados.

Assim, a análise ficará restrita a dois indicadores principais, que servem para se ter uma idéia geral do poderio militar dos países: os gastos com as Forças Armadas e os efetivos existentes (Tab. 11).

4. *A estratégia e a determinação nacional* - A tabela feita deriva de dois fatores importantes:

- 1º - da estratégia nacional traçada para atingir os objetivos nacionais (S);
- 2º - da determinação da classe dirigente e das forças vivas de uma nação em alcançá-los (W).

Esses dois fatores dão uma conotação de progresso, bem-estar, paz social, etc., aliados a uma vontade firme de modificar, melhorar e evoluir; podem muito bem diferenciar os países do globo, como da própria América do Sul. Buscou-se montar uma tabela calcada numa avaliação, ainda que subjetiva, mas amparada em conhecimentos anteriores e literatura disponível a todos os leitores. Na atribuição de valores, faz-se uma correlação entre as diferentes estratégias para a consecução

TABELA 6

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS

1976

Produto	Valor na exportação em %	País	Coefficiente
Alumínio e Bauxita	72	Suriname	2
Estanho	41,9	Bolívia	2
Zinco	6,7		
Cobre	66,7		
Ferro	2,0	Chile	4
Cobre	23,0		
Zinco	11,0	Peru	2
Prata	10,9		
Ferro	7,1	Brasil	1
Ferro	2,3	Venezuela	1
Bauxita	22,4	Guiana	2
Alumínio	7,7		

Fontes: Revista "Integracion Latinoamericana" — maio/1976.

"The Almanac of World Military Power" — USA — 1976.

os objetivos nacionais deduzíveis de cada país e a coesão nacional existente para alcançá-los ou modificá-los. Nesta avaliação, como na de Cline, o "Will" engloba o "poder-força" e o "poder de persuadir", embora o mais aconselhado fosse considerar os dois elementos separadamente, como preconiza o Gen. Meira Mattos.

A variação do coeficiente far-se-á de 0 a 1 para cada um dos fatores inicialmente mencionados e transcritos na Tabela 12.

5. *Globalização do Poder Perceptível* — Das análises parciais dos componentes do poder, far-se-á, agora, um quadro-resumo, onde aparecerá, em números absolutos, o "poder perceptível" de cada uma das nações da área e que exprimirá, teoricamente, a ordem de importância das mesmas dentro do cenário sul-americano (Tab. 13).

TABELA 7

PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS

1974

Mil/ton

País	Produção	Importação	Exportação	Coef.	Maiores Índices Mundiais
					Aço-Mil/ton
1. Brasil	14.587,0	1.670,6	231,1	5	1º - URSS
2. Argentina	7.890,7	1.922,1	553,2	3	Prod. - 125.589
3. Venezuela	2.297,0	1.570,8	252	2	Cons. - 121.143
4. Chile	1.412,0	92,3	-	1	2º - EEUU
5. Colômbia	903,2	218,7	-	1	Prod. - 120.875
6. Peru	742,2	392,1	-	1	Cons. - 138.410
7. Equador	70,0	248,0	-	1	
8. Uruguai	48,0	138,4	1,0	1	
9. Bolívia	-	64,7	-	-	
10. Paraguai	-	29,4	-	-	
11. Guiana	-	-	-	-	
12. Suriname	-	-	-	-	

Fontes: BIRD - 1976

ECEME - Siderurgia na América Latina - 1976

Do levantamento feito, realçam como principais países o Brasil, a Venezuela e a Argentina, vindo os demais em escala bem diferenciada.

Para fins de comparação, é apresentado o resumo final do poder perceptível das nações feito por Cline, e que vem comprovar a afirmação acima feita (Tab. 14).

Cabe, por fim, alertar que ao avaliarmos o poder, devemos nos lembrar de Hans Morgenthau que enfatiza os principais e mais freqüentes erros cometidos:

"De todos os erros que as nações podem cometer, na avaliação de seu próprio poder e do de outras nações, três tipos são freqüentes e ilustram tão bem os desvios intelectuais e os riscos comuns em tais estimativas, que merecem exame mais minucioso. O primeiro despreza a relatividade do poder, considerando o poder de determinada nação de um modo absoluto. O segundo aceita como certa a permanência de um fator particular, que, no passado, teve um papel decisivo, desprezando, assim, a transformação dinâmica a que está sujeita a maior parte dos fatores. A terceira atribui a um só elemento importância decisiva, em detrimento de todos os outros. Em outras palavras, o primeiro erro consiste em não relacionar o poder de

TABELA 8
EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

1975

Produto	Valor da exportação no PNB - %	País	Coef.	Maiores Índices Mundiais de Produção
Trigo	5,2	Argentina	4	1. Trigo EEUU - 22.609.000 ton ³
Milho	14,8			
Carne	12,2			
Carne	37,9	Uruguai	2	2. Milho EEUU - 22.355.000 ton ³
Café	55,4	Colômbia	1	3. Peixe EEUU - 10.700.000 ton
Banana	12,0	Equador	1	
Cacau	10,0			
Café	6,0			
Carne	14,6	Paraguai	1	
Farinha de peixe	13,0			
Açúcar	12,5	Brasil	2	
Café	11,4			
Açúcar	44,7	Guiana	1	
Peixe	13,0	Peru	2	
Açúcar	10,0			

Fontes: Revista "Integracion Latinoamericana" - 1976
"Encyclopaedia Britannica" - 1976

COMÉRCIO EXTERIOR

1976

Critério de coeficientes:

	Média	Coeficiente
até	1.000	1
até	3.000	2
até	5.000	5
até	8.000	7
mais de	8.000	10

TABELA 9

País	Exportação FOB Milhões/ dólares	Importação FOB Milhões/ dólares	Média	Coef.	Balanco Comercial Milhões/ dólares	US\$ Renda per/capita
1. Brasil	10.000	12.100	11.000	10	- 3.932	879
2. Venezuela	9.400	6.710	8.000	7	1.629	1.240
3. Argentina	3.700	2.830	3.200	5	636	1.144
4. Peru	1.580	2.190	1.880	2	- 791	511
5. Colômbia	1.980	1.700	1.840	2	84	428
6. Chile	1.979	1.418	1.700	2	278	721
7. Equador	1.250	1.060	1.150	2	22	396
8. Uruguai	650	510	630	1	105	835
9. Bolívia	460	550	500	1	- 214	234
10. Guiana	225	275	250	1	- 92	388
11. Paraguai	150	200	190	1	- 40	304
12. Suriname	178	156	67	1	- 38	210

Fontes: CEPAL - 1976

BIRD - 1976

"Encyclopaedia Britannica" - 1976

uma nação ao poder das outras. O segundo, em não estabelecer entre o poder real de uma determinada época e o poder que será possível dentro de um futuro próximo. O terceiro consiste em não compreender a correlação existente entre um e os demais elementos do poder da mesma nação".

Conclusão

O atual equilíbrio da Balança do Poder — Não obstante os nossos números apresentarem uma situação privilegiada no contexto sul-americano, é também certo que o próprio Brasil orienta a sua política na preservação da paz no Continente, posto que a análise nos leva a acreditar não existirem, no momento, riscos de conflitos entre as nações, na acepção clássica de guerra, pois não há, e nem ao menos se delineiam, movimentos bélicos locais. Identificam-se antagonismos e afinidades entre os Estados, e os primeiros estão tentando ser solucionados pacificamente pelo DIREITO DAS GENTES, nas acepções de defesa de suas soberanias.

O Brasil crê em responsabilidade, cooperação, na participação e na ajuda entre os povos e na solidariedade continental. E as outras nações? Parece, numa análise preliminar, que também comungam desses princípios básicos.

TABELA 10

PODER ECONÔMICO NA AMÉRICA DO SUL

TOTAL DO PODER ECONÔMICO (E)

País	Poder Econômico (E)						Total (E)
	PNB	Energia	Minérios	Siderurgia	Alimentos	Comércio Exterior	
Brasil	10	1	1	5	2	10	29
Argentina	5	3	—	3	4	5	20
Venezuela	3	5	1	2	—	7	18
Colômbia	2	2	—	1	1	2	8
Peru	2	2	2	1	2	2	11
Chile	2	2	4	1	—	2	11
Bolívia	1	1	2	—	—	1	5
Equador	1	2	—	1	1	2	7
Paraguai	1	1	—	—	1	1	4
Uruguai	1	1	—	—	2	1	5
Guiana	1	1	2	—	1	1	6
Suriname	1	—	2	—	—	1	4

PODER NA AMÉRICA DO SUL

1975

Critério de coeficientes:

Efetivo até	Coeficiente
22.000	1
30.000	2
40.000	3
59.000	4
70.000	5
150.000	8
260.000	10

TABELA 11

País	Gastos com Forças Armadas Milhões/dólares	Efetivo Total	% do PNB Gasto	Coef.	Maiores Índices Mundiais em % do PNB gasto
1. Brasil	1.780	257.000	1,3	10	1º - URSS - 10,6%
2. Argentina	1.286	132.800	1,9	8	2º - EEUU - 6%
3. Peru	383	63.000	3,28	5	
4. Chile	213	60.000	2,7	5	
5. Colômbia	102	54.300	1,2	4	
6. Venezuela	494	42.000	2,3	4	
7. Equador	52	23.500	2,08	2	
8. Uruguai	68	23.000	2,4	2	
9. Bolívia	35	22.000	2,77	1	
10. Paraguai	21	16.600	2,5	1	
11. Guiana	7	3.000	1,9	1	
12. Suriname		1 Btl			

Fontes: "Military Balance" - 1975-1976

"The Almanac of World Military Power" - 1975

De tudo que foi escrito pode-se dizer: a) o Brasil é o ponto de equilíbrio do Poder na América do Sul; b) os Estados, apesar de politicamente instáveis, procuram, por tradição, o relacionamento baseado na negociação; c) embora não haja unidade, face à multiindividualidade das nações, os problemas são analisados e solucionados em bases de respeito mútuo. Observa-se que muitas das divergências suscitadas têm o propósito de fortalecer situações de política interna, normalmente instáveis. Os políticos sul-americanos, instigados ou de moto próprio, por vezes geram situações de divergência externa para aglutinarem forças políticas, internamente. Não se observam riscos de internacionalização de conflitos que porventura venham a ocorrer, inclusive pela atuação da OEA, que tem na sua Carta um documento básico de Segurança Coletiva e propugna soluções de casos conflitantes, por meio de negociações bilaterais.

A luta contra o subdesenvolvimento é o objetivo atual de todos os países da área, e, dentro desse contexto, o trabalho de alianças brasileiras deve ser o mais intenso possível, deixando de lado os gastos bélicos excessivos, em busca de um bem-estar melhor para todos.

A Política a ser adotada — O que caracteriza hoje a posição brasileira no tocante a seus vizinhos é o incremento de nosso pragmatismo diplomático. Não significa, isso, nenhum abandono, de nossa parte, da elevada substância moral que sempre inspirou nossa política exterior, alicerçada pelo mais escrupuloso respeito à ordem jurídica e aqueles ideais de paz e coexistência harmoniosa com os demais integrantes soberanos da comunidade internacional. Entretanto, à hora em que seu crescimento econômico se acelera, em ritmo de causar admiração às outras nações,

TABELA 12

ESTRATÉGIA E DETERMINAÇÃO NACIONAIS

País	Estratégia Nacional (S)	Determinação Nacional (W)	Total
1. Venezuela	0,7	0,8	1,5
2. Brasil	0,5	0,8	1,3
3. Argentina	0,4	0,7	1,1
4. Chile	0,3	0,7	1,0
5. Peru	0,3	0,4	0,7
6. Colômbia	0,3	0,4	0,7
7. Paraguai	0,2	0,5	0,7
8. Equador	0,2	0,4	0,6
9. Bolívia	0,2	0,4	0,6
10. Uruguai	0,2	0,3	0,5
11. Guiana	0,1	0,2	0,3
12. Suriname	0,1	0,1	0,2

TABELA 13
PODER PERCEPTÍVEL NA AMÉRICA DO SUL

País	C	E	M	Total x	(S + W)	P _p
	Pop. + Ter.	Economia	Poder Militar			
1. Brasil	10	29	10	49	1,3	63,7
2. Venezuela	5	18	4	27	1,5	40,5
3. Argentina	8	20	8	36	1,1	39,6
4. Chile	5	11	5	21	1,0	21
5. Peru	6	11	5	22	0,7	15,4
6. Colômbia	7	8	4	19	0,7	13,3
7. Equador	3	7	2	12	0,6	7,2
8. Bolívia	5	5	1	11	0,6	6,6
9. Paraguai	3	4	1	8	0,7	5,6
10. Uruguai	2	5	2	9	0,5	4,5
11. Guiana	2	6	1	9	0,3	2,7
12. Suriname	2	4		6	0,2	1,2

o Brasil não poderia deixar de defrontar-se com novos aspectos de sua convivência com os demais países do Continente, muitas vezes habituados a pensar no Brasil de outrora. Isso impõe à nossa política externa o maior grau possível de objetividade na análise da realidade continental e o adequado relacionamento entre o poder nacional e a conjuntura internacional. Em outras palavras: compreender com real objetividade a situação específica de cada área, especialmente a área platina e a área amazônica. Precisamos partir de realidades nossas e nunca dos estereótipos importados da Europa, ou, em geral, do mundo mais desenvolvido, com os quais volta e meia é deformada a fisionomia multidiferenciada do Continente Sul-Americano. Precisamos dos desenvolvidos, mas não devemos ser serviços de seus interesses.

Nessa ordem de idéias, a dinâmica geográfica de nossa política continental tem que fazer um esforço cada vez maior pelos programas regionais de integração física, e buscar, no que for possível, uma certa complementaridade econômica dinâmica, capaz de desenvolver e assegurar vínculos efetivos de interesses recíprocos.

O nosso desenvolvimento econômico fez-se, naturalmente, acompanhar por substancial diversificação e expansão do parque industrial e das correntes do nosso comércio exterior. Configurou-se, por conseguinte, novo contexto econômico, que passou a exigir respostas mais imediatas no plano externo e operou-se, em consequência, sério e amplo movimento no sentido de ativar os fluxos regionais do comércio.

TABELA 14
 PODER PERCEPTÍVEL DAS NAÇÕES

1975

ORDEM	País	Poder Perceptível
1º	URSS	67,6
2º	EEUU	35
3º	Alemanha Ocidental	27
4º	França	24
5º	China	23
6º	Brasil	20,8
7º	Irã	19,6
8º	Inglaterra	19
9º	Canadá	18
10º	Japão	17
11º	Austrália	13,2
12º	Índia	12,2
13º	Itália	12
22º	México	9,9
23º	Egito	9,9
24º	Arábia Saudita	9,8
25º	Venezuela	9,0
28º	Argentina	5,0

Fonte: "World Power Assessment" — Ray S. Cline — 1975.

Por isso tudo, o aumento do número de canais de comunicação entre o Brasil e a maioria dos países da área, seja através de alianças bilaterais, seja através de esforços multilaterais, tende a se revestir de crescente importância e a se constituir em desafio à política brasileira, a qual deverá buscar novas fórmulas de cooperação que permitam o estreitamento dos laços que nos unem no Continente.

Trata-se de estabelecer uma política *de efetiva busca de harmonização*.

Nunca é demais, entretanto, lembrar que para que se possa realizar o pretendido acima, é indispensável, paralelamente:

- o domínio da autoridade sobre os nossos espaços continentais, sobre a faixa marítima definida por lei e sobre o espaço aéreo;
- u'a maior integração de nossos espaços vazios demográficos, constituídos pelas áreas geopolíticas neutras da amazônia e do Centro-Oeste;

- a manutenção da ordem interna para que se torne possível o desenvolvimento harmônico da sociedade;
- o domínio da tecnologia, a fim de possibilitar à sociedade brasileira a livre utilização de seus bens e serviços;
- a vitória contra o inimigo negro — o petróleo — sob pena de vermos nossos planos econômicos sofrerem sérios abalos.

Façamos, pois, nossas as palavras do Embaixador João Augusto de Araújo Castro:

“Nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infeliz, o Brasil está condenado à grandeza. Nenhuma política se faz sem riscos, sem perigos e sem sobressaltos e, por isso mesmo, antes de determinar o rumo que vamos tomar, temos que precisar as coordenadas e os parâmetros do mundo em que teremos que viver.”

BIBLIOGRAFIA

1. BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *El proceso de Integración en América Latina em 1976*. Washington, 1977, 462 p.
2. BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1977/1978, 380 p.
3. ————. *Os Transportes na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 1976.
4. ————. Ministério da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. *Os incentivos à exportação: instrumentos de política econômica e afirmação de soberania nacional* 1. Palestra proferida no III Encontro Nacional de Exportadores. Rio de Janeiro, 14 jun. 1976.
5. ————. Fundação Getúlio Vargas *Economia Internacional — Política Comercial*. Vol. nº 31. Rio de Janeiro, 1 Jan. 1977.
6. CASTRO, Therezinha de. *Aspectos Geopolíticos e Geoestratégicos da América do Sul*. Conferência na ECEME. Rio de Janeiro, 27 jun. 1975.
7. ————. *Os Recursos Naturais da América do Sul como Fatores Antagonismo e de Integração*. Conferência na ECEME. Rio de Janeiro, 20 mai. 1975.
8. CLINE, Rav S. *World Power Assessment*. Washington, Georgetown University, 1975, 174 p.
9. DUPUY, Trevor N. & HAIES, Grace P. & ANDREWS, John A. C. *The Almanac of World Military Power*. RR Bowker Company, New York and lond, 1974, 3rd ed., 387 p.
10. ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Book of the year*. London, 1976. 765 p.

11. MAGALHÃES, Luiz Vitor N. *Situação Econômica Mundial*. Conferência na EGN. Rio de Janeiro, 4 mai. 77.
12. MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil—Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1975, 109 p.
13. ———. A Evolução do Conceito de Poder Nacional e sua Avaliação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 667: 43-48, out. 1976.
14. MENDEZ destaca cooperação. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 jul. 77, p. 2.
15. MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations*. 3 rd ed. New York, Alfred A. Knopf, 1961, 630 p.
16. SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, 266 p.
17. THE INTERNACIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. *The Military Balance*. London, 1975/1976, 103 p.
18. WANDERLEY, Nelson Freire Lavaniera. Avaliação do Poder Mundial. *Segurança & Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 166:98-103, nov. 1976.